

Caderno de Provas

CTA P 23 - NS

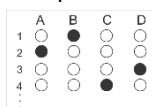
PROFESSOR - EDUCAÇÃO ESPECIAL (AEE)

**Edital Nº. 01/2018 – Prefeituras e Câmaras
Municipais do Trairi e Agreste Potiguar**

21 de outubro de 2018

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- Escreva o seu nome completo e o número do seu documento de identificação no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher as **Folhas de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue as **Folhas de Respostas** ao fiscal.
- O **Caderno de Provas** só poderá ser levado pelo candidato após o encerramento do prazo estabelecido para a sua aplicação.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 20 (vinte) de Conhecimentos Específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não adianta pedir esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento das **Folhas de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa (Objetivas)	10 questões	30 pontos
Conhecimentos Específicos (Objetivas)	20 questões	70 pontos
Total de questões	30 questões	100 pontos

NOME COMPLETO:

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA LÍNGUA PORTUGUESA NÍVEL SUPERIOR

O texto abaixo servirá de base para as questões 1 e 2.

Noção de erro de português é afetada pela ideia de que, vista do passado, toda evolução é corrupção

Aldo Bizzocchi

Somos um povo que adora discutir a própria língua. E quando o fazemos, um dos assuntos que invariavelmente vêm à baila é a famigerada questão do erro gramatical. Muito se tem debatido a respeito, e a suposta existência de erros em nossa fala (bem como na escrita) ensejou até o surgimento de uma nova profissão, por sinal lucrativa, a de consultor gramatical. Igualmente, peritos no assunto têm mantido com sucesso colunas em jornais, sites, programas de rádio ou televisão com o propósito de ensinar as pessoas a falar corretamente o seu próprio idioma. Isso porque, segundo o diagnóstico catastrofista desses entendidos, nunca se falou tão mal o português como agora, nossa língua caminha inelutavelmente para a ruína e a dissolução, já não se escreve mais como antigamente, e toda uma interminável cantilena de rabugices.

(...)

É preciso, então, definir claramente o que é o erro em matéria de língua. É evidente que, se um estrangeiro tentando falar português disser “O meu mulher ser muito bonita”, cometerá um erro, a ponto de se poder dizer que isso não é português. Da mesma forma, quando cometemos um *lapsus linguae*, isto é, um equívoco involuntário do qual temos consciência, estamos diante de um erro linguístico.

Mas o que se costuma chamar de “erro de português” é uma expressão linguística que nada tem de acidental, já que é sistemática e, geralmente, proferida por pessoas de menor nível escolar e socioeconômico, embora possa ocorrer até nos mais altos escalões da sociedade. Para a linguística, que é a ciência da linguagem humana, esse fenômeno não pode ser chamado de erro. Se a língua é um sistema de signos que se articulam segundo leis definidas para permitir a comunicação e o pensamento humanos, toda expressão linguística, mesmo a das pessoas iletradas, cumpre esse papel com eficiência.

(...)

A maioria dos chamados erros constitui, na verdade, um uso linguístico inadequado à situação de comunicação. Para entendermos melhor essa inadequação, vamos fazer uma analogia entre a língua que falamos e a roupa que usamos. Ninguém em sã consciência vai a uma cerimônia de formatura de camiseta e bermudas tampouco vai à praia de terno. Assim como há uma roupa adequada a cada ocasião, há uma forma de expressão linguística, chamada registro ou nível de linguagem, adequada a cada situação de discurso.

(...)

Mas e aquelas pessoas que moram na periferia ou na zona rural e dizem “pobrema”, “cardeneta” ou “puliça”, elas não estão falando errado? Do ponto de vista normativo, sim. Mas, como disse, a gramática normativa só se aplica a situações e ambientes formais. O registro deve, antes de tudo, estar adequado ao contexto social da comunicação. Pessoas que vivem num meio de baixa escolaridade e pronunciam “pobrema” estão adaptadas ao seu habitat. Se você duvida, experimente entrar numa favela do Rio vestindo roupa social e vá conversar com os traficantes usando linguagem de magistrado para ver o que lhe acontece.

Não estou dizendo com isso que o linguajar das pessoas não-escolarizadas deva ser incentivado. É evidente que, como cidadãos, devemos lutar para acabar com a pobreza e a ignorância. Nesse sentido, não apenas pronunciar “pobrema” é errado; morar em favelas ou andar maltrapilho é muito mais. No entanto, muitos brasileiros moram em barracos ou na rua e só têm uma roupa – muitas vezes esfarrapada – para vestir e só um registro para falar. Sua fala é pobre como é pobre a sua existência, tanto física quanto mental. O imaginário da classe média idealiza essas pessoas indo a todos os lugares sempre com a mesma camisa surrada, os mesmos chinelos velhos, e falando com todos sempre do mesmo modo.

Texto adaptado. Fonte: Língua Portuguesa, ano 3, n.º 25, novembro de 2007

01. A intenção comunicativa predominante no texto é

- A) divulgar as causas para o que, costumeiramente, denomina-se de “erro de português”;
- B) narrar situações que exemplificam o que, costumeiramente, denomina-se de “erro de português”;
- C) descrever situações que justificam o que, costumeiramente, denomina-se de “erro de português”;
- D) opinar sobre o equívoco em relação ao que, costumeiramente, denomina-se de “erro de português”;

02. Após a leitura do texto de Aldo Bizzocchi podemos inferir que o autor trata a questão do erro de português a partir de um enfoque

- A) pragmático, pois se refere ao uso da língua adequado às diferentes situações e contextos em que se insere o falante.
- B) sociológico, pois se refere, prioritariamente, à questão socioeconômica das classes média e alta.
- C) gramatical, pois trata do que é “certo” ou “errado” no uso da língua portuguesa, conforme o que prescreve a norma.
- D) acadêmico, pois trata o uso da língua como uma questão científica que apresenta os motivos dos erros e acertos dos falantes.

03. Assinale a opção em que está corretamente indicada a ordem dos sinais de pontuação que preencham, RESPECTIVAMENTE, as lacunas da seguinte frase:

“Quando se trata de eleição ___ duas coisas devem ser observadas ___ uma é o projeto político proposto pelo candidato ___ a outra é o posicionamento dele ante as demandas populares.”

- A) dois pontos – vírgula – ponto e vírgula.
- B) ponto e vírgula – vírgula – vírgula.
- C) vírgula – dois pontos – ponto e vírgula.
- D) vírgula – vírgula – ponto e vírgula.

Leia o excerto a seguir, extraído da obra *Iracema* (José de Alencar), para responder às questões 4 e 5.

“Depois, Iracema quebrou a flecha homicida, deu a haste ao desconhecido, guardando consigo a ponta farpada”.

José de Alencar

04. No que tange às sequências tipológicas, é correto afirmar que o texto apresentado se trata de

- A) uma sequência descritiva, com adjetivos que possibilitam a construção de um texto estático.
- B) uma sequência narrativa pela presença de verbos que apresentam uma sucessão de fatos.
- C) uma sequência descritiva, pela presença de substantivos acompanhados de adjetivos que os caracterizam.
- D) uma sequência narrativa pela presença de verbos dos quais se possibilita traçar um perfil do personagem da romance.

05. Ainda com base no texto de José de Alencar, anteriormente apresentado, assinale a opção que apresenta uma outra construção possível para a última oração do excerto, sem que o sentido do texto seja alterado.

- A) (...)deu a haste ao desconhecido e guardou consigo a ponta farpada.
- B) (...)deu a haste ao desconhecido ao guardar consigo a ponta farpada.
- C) (...)deu a haste ao desconhecido por ter guardado consigo a ponta farpada.
- D) (...)deu a haste ao desconhecido e guardando consigo a ponta farpada.

06. Leia o texto a seguir:

“Não sou **nada**. Nunca serei nada. Não posso querer **ser nada**. À parte isso, tenho em mim **todos os sonhos** do mundo.”

Fernando Pessoa

Marque a opção que classifica correta e simultaneamente os termos em destaque no texto acima.

- A) Objeto direto – oração subordinada substantiva objetiva direta – objeto direto.
- B) Objeto direto – objeto direto – objeto direto.
- C) Predicativo do sujeito – oração subordinada substantiva objetiva direta – objeto direto.
- D) Predicativo do sujeito – objeto direto – objeto direto.

07. Marque a opção que apresenta problema de desrespeito à norma padrão da Língua Portuguesa, quanto à colocação pronominal.

- A) Sempre te quis como amiga.
- B) Desaprovei a proposta que deram-me.
- C) Os participantes não lhe obedeceram às orientações.
- D) Todos me chamaram ao mesmo tempo.

08. Considerando que o texto abaixo foi extraído de uma conversa do *whatsapp*, assinale a opção correta, acerca da variação linguística empregada nele.

Vc ñ falou cmg hj, BB... Estou com sdds. Bjs!

- A) Esse tipo de escrita é desconsiderado como texto, visto que não cumpre sua função comunicativa, pois corrompe a norma padrão, apesar de cumprir a função social da língua.
- B) Por ter palavras abreviadas em excesso, está totalmente contrariando as regras da gramática, logo não é um texto capaz de cumprir a função social da linguagem, que é a comunicação.
- C) Esse tipo de escrita é considerável, pois é valorizado em qualquer situação de comunicação, haja vista que cumpre a função social da língua, que é a comunicação.
- D) Apesar de se tratar de uma linguagem abreviada, o texto cumpre sua função comunicativa, mas esse tipo de variação linguística só deve ser utilizado em situações informais específicas.

09. Considere a frase:

“[Eu] Falei que a realização profissional não é uma coisa tão relativa assim, pois seriam as mesmas, para você e para mim, as expectativas sobre o sucesso decorrente da escolha da profissão certa.”

Com a substituição da palavra “expectativas” por “expectativa”, qual das opções a seguir teve a concordância (verbal e nominal) ajustada coerentemente?

- A) “[Eu] Falei que a realização profissional não é uma coisa tão relativa assim, pois seria as mesmas, para você e para mim, a expectativa sobre o sucesso decorrentes da escolha da profissão certa.”
- B) “[Eu] Falei que a realização profissional não é uma coisa tão relativa assim, pois seriam as mesmas, para você e para mim, a expectativa sobre o sucesso decorrente da escolha da profissão certa.”
- C) “[Eu] Falei que a realização profissional não é uma coisa tão relativa assim, pois seria a mesma, para você e para mim, a expectativa sobre o sucesso decorrente da escolha da profissão certa.”
- D) “[Eu] Falei que a realização profissional não é uma coisa tão relativa assim, pois seria as mesmas, para você e para mim, a expectativa sobre o sucesso decorrente da escolha da profissão certa.”

10. Considere o texto a seguir.



Disponível em: <https://www.google.com.br/search>. Acesso em 04 de setembro de 2018.

Marque a opção na qual todas as palavras estão grafadas em consonância com o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, com vigência obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2016, e que a ortografia se justifica pela mesma regra das palavras apresentadas no segundo quadrinho da tirinha.

- A) Chapéus – papéis – heróis – Piauí.
- B) Androide – alcateia – estreia – joia.
- C) Feiura – bocaiuva – saúde – saída.
- D) Enjoo – veem – perdoos – assembleia.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA PROFESSOR - EDUCAÇÃO ESPECIAL (AEE)

11. No Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências, traz em seu Art. 2º a garantia dos serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Os serviços de que trata esse *caput* são denominados de:
- A) Atendimento Educacional Especializado.
 - B) Sala de Recurso Multifuncional.
 - C) Apoio pedagógico.
 - D) Atendimento psicopedagógico.
12. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) compreende um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, ofertados das seguintes formas:
- A) Complementar e suplementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente à formação dos estudantes com altas habilidades ou superdotação.
 - B) Complementar e suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação.
 - C) Complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação.
 - D) Pedagógica e psicológica garantindo o desenvolvimento de aprendizagens dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente.
13. As Salas de Recursos Multifuncionais são:
- A) Organizações didático-metodológicas dos serviços especializados, para atender estudantes com dificuldades de aprendizagem.
 - B) Ambientes de atendimento psicopedagógico, para atender estudantes com deficiência.
 - C) Ambientes organizados para atendimento clínico de estudantes com deficiência.
 - D) Ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado.
14. A Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, denominada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) foi instituída com a finalidade de:
- A) Garantir às pessoas com deficiência e sua família, a aquisição de informações, orientações e formas de acesso às políticas públicas disponíveis no âmbito da saúde.
 - B) Assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e da liberdade fundamentais para a pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.
 - C) Assegurar o acesso e permanência das pessoas com deficiência nos espaços escolares, favorecendo o seu desenvolvimento pessoal e profissional.
 - D) Garantir o acesso e permanência, em condições de igualdade, das pessoas com deficiência nos espaços escolares, promovendo a socialização de saberes necessários a uma vida com dignidade.

15. Nos termos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a avaliação da pessoa com deficiência será:
- A) Pedagógica.
 - B) Psicológica.
 - C) Biopsicossocial.
 - D) Interdisciplinar.
16. De acordo com o Art. 28 da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, o poder público deve implementar políticas públicas que assegurem um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida. Em relação à disponibilização de tradutores e intérpretes de Libras atuantes na Educação Básica, devem:
- A) Possuir ensino médio completo.
 - B) No mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras.
 - C) Possuir nível superior, com certificado de proficiência na Libras.
 - D) Possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras.
17. Na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, compreende-se barreiras como qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros. Conforme o exposto, as barreiras são classificadas em:
- A) Urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais, tecnológicas.
 - B) Urbanísticas, arquitetônicas, nas adaptações razoáveis, atitudinais, mobiliário urbano e tecnológicas.
 - C) Arquitetônicas, tecnológicas, mobiliário urbano, nos transportes, nas adaptações razoáveis, nas comunicações e na informação.
 - D) Atitudinais, nos transportes, nas adaptações razoáveis, residências inclusivas, nas comunicações e na informação e tecnológicas.
18. Conforme a Resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, considera-se público-alvo do AEE:
- A) Alunos com deficiência, com Transtornos Globais do Desenvolvimento, com dificuldades de aprendizagem, com Altas habilidades/superdotação.
 - B) Alunos com deficiência, com Transtornos Globais do Desenvolvimento, com dificuldades de aprendizagem e com Transtornos funcionais específicos.
 - C) Alunos com deficiência, com Transtornos Globais do Desenvolvimento, com Altas habilidades/superdotação.
 - D) Alunos com deficiência, com Transtornos Globais do Desenvolvimento, com Transtornos funcionais específicos, com altas habilidades/superdotação.

- 19.** De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, entende-se por Educação Especial:
- A) O nível de ensino oferecido, preferencialmente, na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.
 - B) A modalidade de educação escolar oferecida, obrigatoriamente, nos Centros Especializados para pessoas com deficiência.
 - C) O nível de ensino oferecido, obrigatoriamente, na rede regular de ensino, para educandos com deficiência e altas habilidades ou superdotação.
 - D) A modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
- 20.** O processo de avaliação coerente com uma educação inclusiva acompanha o percurso de cada estudante, mapeando os avanços, retrocessos, dificuldades e progressos do aluno na organização dos estudos, no tratamento das informações e na participação da vida social. Dessa forma, a avaliação tem caráter intencional:
- A) De levantar dados para melhor compreensão do processo de aprendizagem e aperfeiçoamento da prática pedagógica.
 - B) Meramente classificatória, com a finalidade de julgar o desempenho dos estudantes.
 - C) De aprovação dos estudantes, garantindo avanços na série.
 - D) De garantir a permanência do estudante com deficiência mais tempo na série.
- 21.** A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) orienta os sistemas de ensino para garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes em classes comuns, bem como os serviços da educação especial, nas escolas regulares, de forma transversal a todos os níveis, etapas e modalidades. Nesse sentido, a Meta 4 estabelecida no PNE - Plano Nacional de Educação (2014-2024) diz respeito à redução das desigualdades e à valorização da diversidade propondo:
- A) Ampliar, para a população de 17 (dezessete) a 28 (vinte e oito) anos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, o acesso ao ensino superior e ao atendimento educacional especializado.
 - B) Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado.
 - C) Universalizar, para a população de 7 (sete) a 14 (quatorze) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado.
 - D) Ampliar, para a população de 6 (seis) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso ao ensino fundamental e ao atendimento educacional especializado.
- 22.** O Art. 3º do decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, define como um dos objetivos do Atendimento Educacional Especializado:
- A) Oferecer formação continuada aos professores, inclusive para o desenvolvimento da educação bilíngue para estudantes surdos ou com deficiência auditiva.
 - B) Promover estudos, discussões e eventos que envolvam a temática da inclusão social.
 - C) Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem.
 - D) Oferecer formação aos gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação na perspectiva da educação inclusiva.

- 23.** Conforme o Decreto nº 6.571/2008, compreende-se alunos com transtornos globais do desenvolvimento aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesse e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com:
- A) Deficiência física, mental e autismo.
 - B) Psicose infantil, deficiência intelectual e visual.
 - C) Autismo, psicose infantil e deficiência mental.
 - D) Autismo, síndrome do espectro do autismo e psicose infantil.
- 24.** Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que:
- A) Assegura os recursos didáticos e metodológicos, planejamento estratégico e avaliação voltados ao atendimento à pessoa com deficiência.
 - B) Aplica-se em sala de aula comum com os estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem, inclusive com os que têm deficiência, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.
 - C) Engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.
 - D) Inclui metodologias, estratégias, avaliação e práticas que objetivam promover a formação continuada dos professores e gestores escolares voltados ao atendimento à pessoa com deficiência.
- 25.** O Estatuto da Criança e do Adolescente é de referência mundial como legislação destinada a proteger a juventude. Fruto de um extraordinário processo de mobilização social e política, que envolveu representantes do Legislativo, do mundo jurídico e do movimento social. Em se tratando da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o ECA e dá outras providências, é possível afirmar que em seu art. 2º, criança é considerada a pessoa:
- A) Até sete anos de idade completos, e adolescentes aquela entre doze e vinte e um anos de idade.
 - B) Até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade.
 - C) Até sete anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade.
 - D) Até sete anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- 26.** Dentre as várias atribuições do Professor do Atendimento Educacional Especializado, afirma-se que uma delas se refere a:
- A) Produzir materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, considerando as necessidades educacionais específicas dos alunos e os desafios que estes vivenciam no ensino comum, a partir dos objetivos e das atividades propostas no currículo.
 - B) Substituir o professor da sala de aula comum, que tem alunos com deficiências, quando ele precisar se ausentar para elaboração de planejamento sob a orientação do coordenador pedagógico da escola e/ou para participar de encontros de formação.
 - C) Elaborar um acervo de atividades de reforço pedagógico para desenvolver com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, sob a orientação do professor da sala comum.
 - D) Elaborar o Plano de AEE do aluno com deficiência, contemplando as necessidades específicas de cada um, repassando ao professor da sala comum para que ele execute com seus alunos.

- 27.** Do compromisso com a construção de sistemas educacionais inclusivos resultam documentos orientadores no âmbito internacional para o desenvolvimento de políticas públicas dos países membros da ONU. Desse contexto, cita-se a Declaração de Salamanca que se trata:
- A) Da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia – 1990.
 - B) Da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência – 2001.
 - C) Das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – 2001.
 - D) Da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada pela UNESCO na Espanha, em junho de 1994.
- 28.** A paralisia cerebral faz parte de um grupo das deficiências e se constitui em condições caracterizadas por distúrbios motores e alterações posturais permanentes, de etimologia não progressiva, que ocorre no encéfalo imaturo, podendo ou não estar associada a alterações cognitivas. (MELO, 2008). É correto afirmar que a paralisia cerebral pertence ao grupo das deficiências:
- A) Intelectuais.
 - B) Auditivas.
 - C) Físicas.
 - D) Visuais.
- 29.** Segundo Silva (2010, p. 43), existem mitos e verdades que permeiam o imaginário social acerca das pessoas com deficiência. Segundo a autora, o “mito” é por vezes, utilizado para se referir às crenças comuns, reforçando preconceitos que passam de geração para geração sobre diferentes situações e pessoas, como ocorre com pessoas na condição de deficiência. Nesse sentido, podemos afirmar, como um dos mitos em relação à deficiência intelectual, que:
- A) As pessoas com deficiência intelectual são como crianças e que necessitam de superproteção.
 - B) As pessoas com deficiência intelectual têm sua personalidade própria que independe de sua deficiência.
 - C) Uma pessoa com deficiência intelectual é uma pessoa com qualidades e defeitos.
 - D) A deficiência intelectual pode ser consequência de uma doença, mas ela não é uma doença, é uma condição de vida.
- 30.** A família tem se encontrado, historicamente, numa posição de dependência de profissionais em diferentes áreas do conhecimento no sentido de receberem orientações de como proceder em relação às necessidades especiais de seus filhos. Diante do contexto, considera-se papel da família no processo da educação inclusiva:
- A) Matricular a criança na escola (como dever legal), garantir a frequência ao atendimento educacional especializado (caso necessite) e estar presente em todas as atividades diárias desenvolvidas na escola.
 - B) Matricular a criança na escola (como dever legal), garantir a frequência ao atendimento educacional especializado (caso necessite) e manter um diálogo permanente e ativo com os profissionais das diferentes áreas do conhecimento.
 - C) Matricular a criança na escola (como dever legal), garantir a frequência ao atendimento educacional especializado (quando a escola tiver a Sala de Recursos Multifuncionais - SRM) e adquirir conhecimentos sobre o desenvolvimento cognitivo de aprendizagem, a fim de poder realizar as tarefas de casa com seus filhos.
 - D) Matricular a criança na escola (como dever legal), garantir a frequência ao atendimento educacional especializado (quando a escola tiver a Sala de Recursos Multifuncionais - SRM) e adquirir conhecimentos sobre as teorias educacionais trabalhadas na escola, a fim de poder auxiliar seus filhos nas tarefas de casa.